

CONVITE

Nos termos dos artigos 112.º n.º 1 e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação convida-se V. Ex.ª a apresentar proposta para a realização do contrato de empreitada, denominado - **“PAVIMENTAÇÕES EM CUBOS DE GRANITO E INFRAESTRUTRAS – JULHO 2021”**

ÍNDICE

- 1- IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO
- 2- ENTIDADE ADJUDICANTE E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
- 3- ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR
- 4- OBJETO, PREÇO E PRAZO DO CONTRATO A CELEBRAR
- 5- FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO
- 6- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO
- 7- ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
- 8- DOCUMENTOS DA PROPOSTA
- 9- PROPOSTA VARIANTE
- 10- PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 11- REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- 12- CAUÇÃO
- 13- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1- IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente convite regula o procedimento, por **Consulta Prévia**, com vista à celebração do contrato de empreitada, denominado **“PAVIMENTAÇÕES EM CUBOS DE GRANITO E INFRAESTRUTRAS – JULHO 2021”**

2- ENTIDADE ADJUDICANTE E DISPONIBILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO

2.1 A entidade adjudicante é o Município de Marco de Canaveses, pessoa coletiva número 501 073 655, com sede no Largo Sacadura Cabral, 4630-219 – Marco de Canaveses, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento: números de telefone 255 538 800 - Fax: 255 538 899

2.2 O presente procedimento será integralmente disponibilizado na Plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.

3- ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada por despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara de 19 de julho de 2021, por competência delegada.

4- OBJETO, PREÇO E PRAZO DO CONTRATO A CELEBRAR

4.1. O contrato tem por objeto a execução da empreitada identificada no ponto 1.

4.2. O **Preço Base** do procedimento é de **137.105,50€** (cento e trinta e sete mil cento e cinco euros e cinquenta cêntimos) não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

O preço base fixado representa o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelas prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

4.3. O **prazo de execução contratual é de 150 dias**, contados da data da consignação até à data da receção provisória, sem prejuízo das obrigações inerentes ao período de garantia da obra.

5- FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

5.1. O procedimento de consulta prévia foi escolhido ao abrigo do critério previsto na alínea c) do artigo 19.º do CCP;

5.2. A contratação é precedida do presente procedimento de **Consulta Prévia**, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, b) e 112.º, n.º 1, ambos do Código dos Contratos Públicos;

6- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

6.1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade: avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

6.2 O critério de desempate será o preço mais baixo apresentado para o art.º 03 do mapa de quantidades

7- ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

7.1. Os interessados podem dirigir à Entidade Adjudicante, por escrito e através da plataforma eletrónica indicada no ponto n.º 2, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, pedidos de esclarecimento

relativamente a quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, bem como, neste mesmo prazo, apresentar uma lista de erros e omissões por si detetadas;

7.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri do Procedimento/serviços e através da mesma plataforma eletrónica, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

7.3. A pronúncia sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, bem como os termos do seu suprimento aceites serão prestados, igualmente através da mesma plataforma eletrónica, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

7.4. A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, por período correspondente ao atraso verificado.

7.5. A Entidade Adjudicante poderá, oficiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e retificações de erros ou omissões das peças do procedimento até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, o prazo fixado para a apresentação das propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

8- DOCUMENTOS DA PROPOSTA

8.1. Na proposta, elaborada nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º, o concorrente manifesta a sua vontade de celebrar o contrato e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

8.2. O Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, também em anexo no presente programa de procedimento:

- i. Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II do presente programa de procedimento;
- ii. Declaração do Anexo VI e VII, em anexo ao presente convite
- iii. Certidão Permanente da Empresa e respetivo código de acesso;
- iv. Declaração De Responsabilidade Social Empresarial constante do Anexo

- v. Plano de Trabalhos tal como definido no artigo 361.º do CCP, que deve incluir plano de mão-de-obra, plano de equipamento, sob pena de exclusão da proposta, constituído por:
- a) Diagrama de barras demonstrativo do desenvolvimento dos trabalhos de execução da empreitada;
 - b) Plano de mão de obra para a execução dos trabalhos de empreitada - mapa de afetação das diferentes cargas de mão-de-obra distribuídas, quer em quantidade, quer em tempo previsto de permanência na obra;
 - c) Plano de equipamento para a execução dos trabalhos da empreitada – Mapa de equipamento representando os diversos tipos de equipamento, quer em quantidade, quer em tempo de afetação à obra;
 - d) Plano de pagamentos, tal como definido no artigo 361.º-A do CCP.
- vi. Cronograma financeiro, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;
- vii. Memória descritiva e justificativa do modo de execução de obra;
- viii. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
- ix. O preço da proposta deve ser expresso em euros e não incluir o imposto sobre o valor acrescentado.

PROPOSTA VARIANTE

Não são admitidas propostas variantes, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

9. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1 A proposta, compreendendo todos os documentos que a devam integrar, nos termos previstos no ponto n.º 8, será apresentada através da plataforma eletrónica indicada em 2., **até às 17:00:00 horas do dia 03 setembro de 2021**, eventualmente, a ser determinado por força de eventual concessão de prorrogação do prazo para a apresentação das propostas.

10.1. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos da proposta através da utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

10.2. A assinatura digital qualificada da pasta que contém os documentos da proposta não dispensa a assinatura digital qualificada de todos os documentos.

10. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Constitui requisito de habilitação, sob pena de caducidade da respetiva adjudicação, a inexistência de impedimento do adjudicatário, nos termos do artigo 55.º do CCP.

11.2 Ser titular de alvará de construção, emitido pelo IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção com as seguintes autorizações (ou documento legalmente equivalente):

A 8ª subcategoria da 2ª Categoria

11. CAUÇÃO

12.1. A caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada nos termos do artigo 88.º do CCP e terá o valor de 5% do preço contratual.

12.2. O modo de prestação da caução será nos termos do artigo 90.º do CCP, de acordo com os modelos contantes dos Anexos III, IV e V, também em anexo ao presente Convite;

12. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas na presente Convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, suas alterações posteriores e restante legislação aplicável

Orsina Vieira

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
- a)...
- b)...
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.

ANEXO II.

II. A MODELO DE PROPOSTA

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), titular(es) do(s) alvarás (ou, se for o caso, do(s) certificado(s) de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), ... (indicar o(s) número(s)), contendo as habilitações (indicar natureza e classe), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Consulta Prévia para execução da empreitada**..... . Obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no caderno de encargos, nas condições técnicas indicadas, pelo preço de€ (.....), que não inclui imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do CCP, o preço global acima indicado é composto pelos seguintes preços parciais, relativos aos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro:

Categoria	Subcategoria	Artigos do Mapa de Trabalhos	Valor (€)	Membro do Agrupamento / Subempreiteiro

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

..... (local), ... (data), ... [assinatura²].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

² Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

Modelo de caução – guia de depósito -

€.....

Vai..., residente (ou com escritório) em..., na..., depositar na... (sede, filial, agência ou delegação) da... (instituição) a quantia de (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para o contrato que tem por objeto o....., para os efeitos do n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de Câmara Municipal do Marco de Canaveses., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data..... Assinaturas.....

ANEXO IV MODELO DE CAUÇÃO

Modelo de caução - garantia bancária -

O Banco..., com sede em..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de..., com o capital social de..., presta a favor do MUNICIPIO MARCO DE CANAVESES garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de..., correspondente a % do valor do contrato, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela o MUNICIPIO MARCO DE CANAVESES vai outorgar e que tem por objeto, regulado nos termos da legislação aplicável, designadamente o Código dos Contratos Públicos.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do MUNICIPIO MARCO DE CANAVESES sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável, mais concretamente o Código dos Contratos Públicos.

Data..... Assinaturas.....

ANEXO V MODELO DE CAUÇÃO

Modelo de seguro caução

companhia de seguros....., com sede em....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de....., presta a favor do MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de....., correspondente a% do valor do contrato, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela o MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES vai outorgar e que tem por objeto o, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação, no prazo de cinco dias úteis, após solicitação do MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro. A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data. Assinaturas

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS
[a que se refere o artigo 69.º n.º 4 do CPA]

- 1 - Para efeitos do disposto no artigo 69.º n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo (CPA), (identificação) na qualidade de concorrente à prestação de serviços no âmbito do procedimento, a que se refere o convite datado de, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra abrangida pela previsão constante do nº 3 do artigo 69º do CPA.
- 2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto nos nºs 3 e 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos, agentes ou representantes da concorrente impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização para com a Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.
- 3 – Declara, ainda, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho.

(Localidade), (dia) de (mês) de 201....

Assinaturas

ANEXO VII
DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA QUANTO A ENTIDADES ESPECIALMENTE
RELACIONADAS ENTRE SI

....., titular do BI/CC n.º,
residente, na qualidade de representante
legal/sócio/gerente/diretor/administrador da, número de
identificação fiscal, com sede em,
declara, sob compromisso de honra, que, nos últimos 3 anos (incluindo o presente) não tem nenhuma
relação especial com outras entidades adjudicadas em procedimentos pré-contratuais com esta
Entidade Adjudicante, nem partilha, ainda que apenas parcialmente, com outras entidades
representantes legais ou sócios, ou que não tem relação com outras sociedades ao ponto de se
considerarem, nos termos legais, estar em relação de simples participação, de participação recíproca,
de domínio ou de grupo.

Mais informa que tem pleno conhecimento que a sua participação, em violação do disposto nos
artigos 113.º n.º 6 e 114.º n.º 2 do CCP, constitui contraordenação muito grave, nos termos do
disposto no artigo 456.º alínea a) do CCP.

....(local), ... de (dia) de (mês) (ano)

(assinatura do representante conforme BI/CC)

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Informar a Entidade Adjudicante de quais são os fornecedores, subcontratados e subfornecedores que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato de (tipo);
- k) Informar os seus fornecedores, subcontratados e subfornecedores do conteúdo desta declaração;
- l) Declara, ainda que a sua proposta foi elaborada de forma independente, sem qualquer risco de colusão.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 201....

Assinatura